



R/H
A P. Ramos

Relatório de Gestão e Contas

Ano 2015

1. INTRODUÇÃO

A TERAMB – Empresa Municipal de gestão e valorização ambiental da Ilha Terceira, E.M., adiante designada por TERAMB E.M. é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, com a qualificação de empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com o estatuto de pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da mesma Lei

Sendo detida em 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi constituída a 1 de Novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividade no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, podendo vir a exercer também no abastecimento de águas e produção de energias renováveis.

Os órgãos sociais da TERAMB, EM são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e os seus titulares são nomeados por um período de dois anos, coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo de atos de exoneração e de continuação de funções até à sua efetiva substituição.

Nos termos previstos na alínea g) do Artº 15º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração elaborar os documentos de prestação de contas e submetê-los a aprovação das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Compete ao Fiscal Único a emissão de parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício.

Nos termos do nº5 do Artº 447 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

Assim e porque compete à Assembleia Geral pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a TERAMB, EM, apresenta-se o presente relatório de gestão e contas, para que possa ser submetido a apreciação da Assembleia Geral e posteriormente propô-los às Câmaras Municipais, para aprovação.

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano de 2015 foi um ano marcado pela concretização do “Projeto Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, nomeadamente a conclusão e entrada em funcionamento da infraestrutura principal, a Central de Valorização Energética, cujo contrato foi assinado em janeiro de 2014 e a sua receção provisória em dezembro de 2015.

Foi notório o esforço desenvolvido quer na conceção, como na elaboração e concretização de diversos procedimentos de concursos públicos para aquisição de serviços e projetos de execução para a correta execução das restantes infraestruturas e valências do projeto, bem como no acompanhamento da boa execução das obras e na gestão do projeto junto da entidade financiadora.

No âmbito do referido projeto decorreram as seguintes ações:

Designação das componentes/Ações	Estado da Ação	Valor de Adjudicação/ contrato	% Execução financeira
Honorários planeamento/conceção		93684.38	96,26
Projeto infraestruturas, CVO e edifícios de apoio	Falta última tranche da assistência técnica que ficará concluída com receção provisória das obras	35.000,00	90
Projeto de execução do aterro de resíduos banais - Assistência Técnica	Consignação a 28/11/2013	6.000,00	100
Projeto de aterro de resíduos perigosos	Terminou com a consignação do aterro de resíduos perigosos a 01/06/2015	12.250,00	100
Projeto ligação do ramal de eletricidade	Concluído a 16/09/2015	13.389,38	100
Estudo geotécnico	Concluído a 16/07/2012	17.245,00	100
Estudo geológico para localização dos piezómetros	Concluído a 09/04/2015	9.800,00	100
Construção		34.501.540,02	97,27
Central de valorização energética (CVE)	Falta os dois anos de assistência técnica à exploração que ocorrerá em 2016 e 2017	29.711.265,00	99,72
Ligação do ramal à subestação e Posto seccionador	Concluído a 7-09-2015	104.163,03	100
Ramal MT	Concluído a 31-08-2015	229.900,00	100
Monitorização - Montagem de 2 piezómetros	Ficará concluído em 2016	289.750,00	91,57
Aterro de resíduos perigosos	Consignação a 01/06/2015	510.000,00	100

Aterro de resíduos banais	Receção provisória da obra a 13/06/2014	875.000,00	100
Edifício CPRA	Não foi apoiado pelo POVT por via do visto do Tribunal de Contas não ter ocorrido até 31 de dezembro 2015	425.000,00	0
Ampliação ETAL	Consignação a 10/09/2015	105243,36	100
Infraestruturas, CVO e edifícios de apoio – lotes 1, 2 e 3	Ficará concluído em 2016	2.181.403,73	84,35
Plantio endémicas zonas ajardinadas	Concluído a 23/12/2015	37.400,00	100
Empreitada Reparação/Manutenção e instalação dos equipamentos da CPRA	Depende da construção do edifício CPRA, ficará concluído em 2016	119.523,89	38,33
Supervisão durante a execução dos trabalhos de construção		151.671,76	99,95
Fiscalização aterro de resíduos banais	Ficará concluído com a receção definitiva do aterro de resíduos banais	12.916,40	98
Fiscalização CVE	Concluído com a receção provisória da CVE a 23/12/2015	138.755,36	100
Aquisição de Equipamentos		1.446.372,44	100
Máquinas CTVRIT_1	Concluído a 25/06/2015	324.000,00	100
Máquinas CTVRIT_Pré triturador, triturador e volteadora	Concluído a 23/12/2015	524.500,00	100
Máquinas CTVRIT_empilhador telescópico e empilhador elétrico	Concluído a 11/11/2015	115.340,00	100
Equipamento monitorização do ar e estação meteorológica	Falta a última trache da assistência técnica que ficará concluída em 2016	117.670,00	97,93
Elevador e contentores resíduos animais	Concluído a 23/12/2015	134.900,00	100
Equipamento laboratório	Concluído a 30/12/2015	15.845,74	100
Contentores	Concluído a: Lote1 28/12/2015 e Lote 2 29/12/2015	68.116,70	100
Camião	Concluído a 23/12/2015	146.000,00	100
Consultadoria técnica e estudos		157.750,00	86,98
Assessoria técnica e jurídica	Acordo de revogação da posição contratual a 20/12/2013	79.000,00	100
Assistência técnica ao dono da obra CVE	Concluído em 23/12/2015	78.750,00	100

Foram efetuadas duas reprogramações do Projeto da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira junto do POVT, de forma a adequar o projeto face às alterações verificadas e decorrentes das diferenças entre os valores dos contratos já celebrados e os valores inicialmente previsto em fase de orçamentação, bem como à redefinição de algumas rubricas inicialmente previstas.

Na sequência da entrada em funcionamento do projeto da Central de Tratamento e Valorização da resíduos da ilha Terceira, mais concretamente da CVE, tornou-se necessário a contratualização de mão de obra, tendo-se optado pelo recrutamento de funcionários provenientes dos dois municípios que iniciaram o período de formação em agosto. Do Município de Angra do Heroísmo, nomeadamente dos Serviços Municipalizados provieram 6 funcionários e do Município da Praia da Vitória, nomeadamente da Praia Ambiente, EM, provieram 9 funcionários, que se prevê se em 2016 sejam integrados no quadro de pessoal da Teramb.

Ainda relacionado com a concretização do projeto foram instruídos os processos e obtidas as licenças para a utilização de equipamentos sob pressão e para a produção de eletricidade.

Deu-se início à operação de minagem do aterro de resíduos banais e da zona de deposição de monstros, cujos materiais resultantes foram encaminhados para a valorização energética.

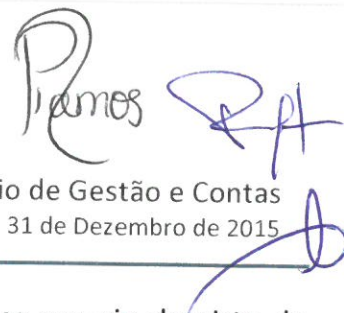
Ao nível operacional deu-se continuidade à gestão, manutenção e operação de todas as infraestruturas do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira, bem como do Parque de viaturas apreendidas da ilha Terceira e à execução das operações materiais necessárias ao abate e encaminhamento de viaturas abandonadas e depositadas para operadores licenciados.

No que se refere ao desempenho ambiental foi cumprido o plano de monitorização ambiental estabelecido na licença ambiental e de exploração, não se tendo verificado irregularidades a registar.

Em 2015 foram rececionados um total de 40.796,47 toneladas de resíduos, verificando-se portanto uma diminuição na quantidade total de resíduos geridos em cerca de 1,95%. No entanto, salguarde-se que 2014 foi um ano atípico devido à grande quantidade de resíduos provenientes das limpezas das ribeiras. Comparando apenas os resíduos urbanos indiferenciados verifica-se um aumento de 1,41% relativamente a 2014.

Relativamente à gestão do parque de viaturas apreendidas, deram entrada, 32 viaturas entregues pela Polícia de Segurança Pública, foram enviadas para centro de abate 66 viaturas e devolvidas 8 aos seus proprietários.

No que concerne ao plano de investimentos para 2015, nas alterações introduzidas na terceira alteração foi totalmente executado, tendo-se excedido em 0,7%, devido a que por



um lado a execução do edifício CPRA ficou aquém das expectativas por via do visto do Tribunal de Contas não ter sido obtido em 2015, mas por outro foi as obras das empreitadas das infraestruturas tiveram uma execução superior ao previsto. Este facto permitiu que transitasse 857.134,96 euros em vez de 1.124.369,47 euros, previstos na última revisão do PPI em outubro de 2015.

Com o início da operação da CVE tornou-se necessário a contratualização de um técnico superior, a termo certo, na área de engenharia mecânica para fazer face às inúmeras necessidades que uma instalação desta natureza requer.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

DESPESA

No que respeita à repartição da despesa corrente, os fornecimentos e serviços externos representam a maior parte com 56,44 %, sendo que os gastos com o pessoal corresponderam a 16,89% e os restantes 26,66% foram para outros gastos e perdas (6,50%), gastos com depreciações e amortizações (17,01%) e juros suportados (3,15%).

Na rubrica fornecimentos e serviços externos, verifica-se que são os serviços contratados (11,31%) e os serviços especializados (59,23%) quem têm o maior peso, uma vez que juntos representam cerca de 70,54% das despesas. Destas contas os serviços que mais contribuem são o aluguer de máquinas com condutor que laboram na operação diária do aterro, os serviços de vigilância que asseguram o funcionamento do aterro em horário pós laboral e fazem a vigilância das instalações e os trabalhos especializados relativos ao projeto de investimento como estudos, projetos, assistência técnica e assessoria.

Relativamente aos gastos com pessoal, as remunerações do pessoal são responsáveis por 68,66% deste valor, seguidos dos encargos sobre as remunerações com 18,97% e os encargos com os órgãos sociais com cerca de 9,78%. Os restantes montantes são pouco expressivos nesta avaliação.

Comparativamente ao orçamentado, foi executado cerca de 97,53% do previsto para os fornecimentos e serviços externos. Relativamente ao pessoal, os gastos foram superiores ao previsto em 1,97%, essencialmente devido a pagamento de horas extras e horas de trabalho noturno e correspondentes encargos sobre as remunerações, e que se deveram ao início da entrada em funcionamento da Central de Valorização Energética.

Nas demonstrações financeiras, bem como no anexo “Indicadores”, poderá ser observada a variação destas rubricas relativamente ao ano de 2014.

RECEITA

Em 2015 a receita da TERAMB, EM proveio essencialmente da prestação de serviços de tratamento de resíduos, tendo faturado um total de 754.019,37 euros. Esta prestação de serviços subdividiu-se em duas componentes, a tarifa de deposição de resíduos que correspondeu a 98,80% do peso da faturação e as receitas provenientes da atividade de gestão do parque de viaturas apreendidas da ilha Terceira, nomeadamente a alienação de Veículos em Fim de Vida e venda de resíduos de metal que contribui em 1,20%.

Ainda na rubrica receita foram reconhecidos 435.205,90 euros provenientes do apoio concedido pelo Programa Operacional de Valorização do Território para a execução do projeto da CTVRIT.

Relativamente ao orçamentado para 2015, o total faturado ficou cerca de 30,80% abaixo do esperado, o que se justifica essencialmente pela não injeção de eletricidade na rede elétrica e como consequência do atraso na obtenção da licença de centro electroprodutor e pelo facto de se estar a avaliar potenciais fornecedores/retomadores acreditados pela sociedade do ponto verde para a venda das escórias ferrosas. Comparativamente a 2014, verificou-se um acréscimo de faturação em 0,68 %.

Nas demonstrações financeiras, bem como no anexo “Indicadores”, poderá ser observada a variação destas rubricas relativamente ao ano de 2014.

4. BALANÇO E RESULTADOS

A situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2015 revela um Ativo líquido de € 39.174.008,42, enquanto o Passivo totaliza € 9.322.077,88 e os Capitais Próprios ascendem a € 29.851.930,54, conforme expresso nas contas e tabelas em anexo.

No exercício de 2015, A TERAMB, EM atingiu um volume de negócios de € 754.019,37 e apresenta resultados líquidos negativos de € 214,75.

5. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do nº1 do Artº 397º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração informa que esta Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. O mesmo sucedendo com a administração fiscal.

6. RESULTADOS



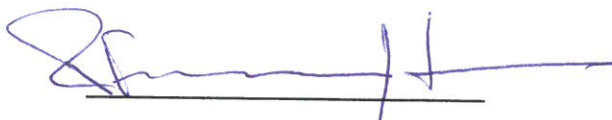
Tal como anteriormente referido, o Resultado Líquido da sociedade no exercício de 2015 é negativo no montante de 214,75 euros, propondo-se a transferência integral do resultado líquido para a rubrica resultados transitados.

7. NOTA FINAL

A finalizar, queremos expressar um agradecimento a todos os colaboradores que de forma direta ou indireta contribuíram de forma exemplar para os resultados desta empresa, bem como a todas as entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal da Praia da Vitória, Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e Praia Ambiente, EM.

Angra do Heroísmo, 17 de Março de 2016

O Conselho de Administração


José Gabriel do Álamo Meneses
Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos
Paulo Ferreira Mendes Monjardino

RIT
Pereira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2015

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	21	754.019,37	748.941,44
Subsídios à exploração	23	1.250,00	3.000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	31	-671.136,05	-477.652,82
Gastos com o pessoal	29	-200.781,61	-149.476,89
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	28	-119,64	-0,40
Aumentos / reduções de justo valor	16/18	-85,04	0,33
Outros rendimentos e ganhos	23/31	435.210,26	83.623,61
Outros gastos e perdas	5/31	-77.262,58	-37.744,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		241.094,71	170.691,07
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-202.238,88	-23.563,23
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38.855,83	147.127,84
Juros e gastos similares suportados	11	-37.472,44	-1.225,89
Resultado antes de impostos		1.383,39	145.901,95
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.598,14	-24.278,02
Resultado líquido do período	5	-214,75	121.623,93

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2015

Contabilista Certificado
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Alamo Menezes)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Paraplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

BALANÇO

31. Dezembro. 2015

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	35.194.819,42	14.613.389,48
Activos intangíveis	7	316.607,41	328.038,64
Outros activos financeiros	16	244,52	85,28
Total do activo não corrente		35.511.671,35	14.941.513,40
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	19	3.715,04	5.043,72
Clientes	28	506.282,75	393.462,21
Estado e outros entes públicos	28	365.867,87	99.751,83
Outras contas a receber	28	2.766.940,25	20.814.592,46
Diferimentos	28	10.171,53	5.023,85
Caixa e depósitos bancários	4	9.359,63	230,66
Total do activo corrente		3.662.337,07	21.318.104,73
Total do activo		39.174.008,42	36.259.618,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	6	200.000,00	50.000,00
Reservas legais		23.056,40	18.620,45
Outras reservas		48.635,72	167.584,07
Resultados transitados		135.621,80	42.756,89
Outras variações no capital próprio	23	29.444.831,37	25.536.622,11
Resultado líquido do período	5	29.852.145,29	25.815.583,52
Total do capital próprio		(214,75)	121.623,93
		29.851.930,54	25.937.207,45
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	177.940,87	73.921,21
Estado e outros entes públicos	28	6.470,79	4.047,76
Financiamentos obtidos	10/11/28	3.252.497,11	1.833.268,45
Outras contas a pagar	28	5.885.169,11	8.409.923,26
Diferimentos	28	-	1.250,00
Total do passivo corrente		9.322.077,88	10.322.410,68
Total do passivo		9.322.077,88	10.322.410,68
Total do capital próprio e do passivo		39.174.008,42	36.259.618,13

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2015

Contabilista Certificado
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Alamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras

31. Dezembro. 2015

(Montantes expressos em euros)

Quadro 4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes

	2014	2015
Caixa	230,66	2.892,09
Depósitos à Ordem	0,00	6.467,54
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	230,66	9.359,63

Quadro 5 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Rendimentos e Gastos

	Comparativo 2014	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Juros e gastos similares suportados	-40.859,39	39.633,50	-1.225,89
Imposto sobre o rendimento do período	-17.549,44	-6.728,58	-24.278,02
Resultado líquido do período	88.719,01	32.904,92	121.623,93

BALANÇO

	Comparativo 2014	Diferencial	Comparativo Reexpresso
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	14.573.755,98	39.633,50	14.613.389,48
Total do activo não corrente	14.573.755,98	39.633,50	14.613.389,48
ACTIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	106.480,41	-6.728,58	99.751,83
Total do activo corrente	106.480,41	-6.728,58	99.751,83
Total do activo	36.226.713,21	32.904,92	36.259.618,13
CAPITAL PRÓPRIO:			
Resultado líquido do período	88.719,01	32.904,92	121.623,93
Total do capital próprio	25.904.302,53	32.904,92	25.937.207,45
Total do passivo	10.322.410,68	0,00	10.322.410,68
Total do capital próprio e do passivo	36.226.713,21	32.904,92	36.259.618,13

Quadro 6 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante

Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	120.000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	80.000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	5.866,89					
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	5.471,28					
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	412.657,07			61.061,24		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	183.471,25			8.900,31		

Quadro 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2015
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície	343.280,28	0,00	0,00		343.280,28
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00
	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2014	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2015
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	15.241,64	11.431,23	0,00	0,00	26.672,87
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	15.241,64	11.431,23	0,00	0,00	26.672,87

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2014	Saldo em 31. Dezembro. 2015
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	328.038,64	316.607,41
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
	328.038,64	316.607,41

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2015
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	887.720,40	30.276.722,88	0,00	0,00	31.164.443,28
Equipamento básico	0,00	1.312.461,59	0,00	0,00	1.312.461,59
Equipamento de transporte	18.889,43	152.832,20	0,00	0,00	171.721,63
Equipamento administrativo	7.192,02	3.738,24	0,00	0,00	10.930,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	6.548,30	1.080,00	0,00	0,00	7.628,30
Activos fixos tangíveis em curso	13.712.588,34	20.440.429,92	0,00	31.415.027,24	2.737.991,02
	14.632.938,49	52.187.264,83	0,00	31.415.027,24	35.405.176,08

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2014	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2015
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.698,84	116.417,88	0,00	0,00	120.116,72
Equipamento básico	0,00	76.637,34	0,00	11.265,62	65.371,72
Equipamento de transporte	5.115,89	6.937,90	0,00	0,00	12.053,79
Equipamento administrativo	5.363,55	1.713,00	0,00	0,00	7.076,55
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	5.370,73	367,15	0,00	0,00	5.737,88
	19.549,01	202.073,27	0,00	11.265,62	210.356,66

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2014	Saldo em 2015
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	884.021,56	31.044.326,56
Equipamento básico	0,00	1.247.089,87
Equipamento de transporte	13.773,54	159.667,84
Equipamento administrativo	1.828,47	3.853,71
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	1.177,57	1.890,42
Activos fixos tangíveis em curso	13.712.588,34	2.737.991,02
	14.613.389,48	35.194.819,42

Quadro 10 LOCAÇÕES

	Locações Financeiras		Locações Operacionais	
	2014	2015	2014	2015
Valores reconhecidos como gastos do período	0,00	0,00	3.181,44	3.181,44

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor Contratual	2014								2015			
		Corrente				Não Corrente				Corrente			
		Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	3.252.497,11	0,00	1.833.268,45	0,00	0,00	1.833.268,45	3.252.497,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.252.497,11	0,00	1.833.268,45	0,00	0,00	1.833.268,45	3.252.497,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos dos empréstimos obtidos	2014 1.225,89	2015 37.472,44											

Quadro 16 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

Outros Investimentos Financeiros					
	Saldo em 31. Dezembro. 2014	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 31. Dezembro. 2015
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	85,28	244,28	0,00	-85,04	244,52
	85,28	244,28	0,00	-85,04	244,52

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção					
	2014		2015		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	
Inventário Inicial	0,00	5.707,54	0,00	5.043,72	
Compras	0,00	18.827,28	0,00	24.062,30	
Reclassificações/Regularizações	0,00	-19.491,10	0,00	-25.390,98	
Inventário Final	0,00	5.043,72	0,00	3.715,04	
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 21 RÉDITO

	2014	2015
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	16.586,94	9.017,70
Prestação de serviços	732.354,50	745.001,67
Subsídios à Exploração	3.000,00	1.250,00
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	83.417,26	309.382,67
Juros	202,44	4,36
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
	835.561,14	1.064.656,40

Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2014					2015				
	Subsídios Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	754.562,34	0,00	3.144,02	3.144,02	751.418,32	30.987.736,18	3.144,02	116.423,99	119.568,01	30.868.168,17
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.512,44	0,00	65.719,12	65.719,12	1.102.793,32
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.000,00	0,00	1.216,67	1.216,67	144.783,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	124.341,49	44.068,25	80.273,24	124.341,49	0,00	250.364,38	124.341,49	126.022,89	250.364,38	0,00
	878.903,83	44.068,25	83.417,26	127.485,51	751.418,32	32.552.613,00	127.485,51	309.382,67	436.868,18	32.115.744,82

Impostos sobre subsídios

2014			2015		
Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
5.686.749,45	15.348,78	5.671.400,67	5.671.400,67	-175.000,18	5.846.400,85

2014		2015	
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos	30.864.742,50	34.947.051,94	
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	25.193.341,83	29.100.651,09	
Valor subsídios à exploração	3.000,00	1.250,00	

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2014	2015
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	147.127,84	1.383,39
Resultados fiscal do período	133.555,34	-11.835,37
Reporte de rejuizos fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável do período	133.555,34	-11.835,37
Imposto corrente	23.854,18	0,00
Tributações autónomas	423,84	1.213,95
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	17,86%	0,00%

Imposto sobre o Rendimento

	2014	2015
Imposto Corrente	24.278,02	1.598,14
Imposto Diferido	0,00	0,00
	-24.278,02	-1.598,14

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros - Clientes

	2014	2015
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	393.462,21	506.225,78
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes de Cobrança Duvidosa:	37,78	214,39
Relativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas		
Reclamados judicialmente		
Em mora:	37,78	214,39
Há mais de 6 meses e até 12 meses		75,96
Há mais de 12 meses e até 18 meses		
Há mais de 18 meses e até 24 meses		
Há mais de 24 meses	37,78	138,43
Totais	393.499,99	506.440,17

Imparidades:

	2014			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Relativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas				0,00
Reclamados judicialmente				0,00
Em mora:	37,38	0,00	0,40	37,78
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	0,00			0,00
Há mais de 24 meses	37,38		0,40	37,78
Totais	37,38	0,00	0,40	37,78

	2015			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Relativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas	0,00			0,00
Reclamados judicialmente	0,00			0,00
Em mora:	37,78	0,00	119,64	157,42
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00		18,99	18,99
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	0,00			0,00
Há mais de 24 meses	37,78		100,65	138,43
Totais	37,78	0,00	119,64	157,42

	2014	2015
	Valor Nominal	Valor nominal
Valor Líquido de Clientes	393.462,21	506.282,75

Outros Ativos Financeiros

	2014	2015
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00
Outras contas a Receber:	20.814.592,46	2.766.940,25
Fornecedores (saldos contrários)	0,00	0,00
Adiant. e outras operações com o pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos:	24.909,70	85.697,49
Juros a receber	0,00	0,00
Faturação a emitir	0,00	0,00
Outros acréscimos de rendimentos	24.909,70	85.697,49
Outros devedores	20.789.682,76	2.681.242,76
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros ativos financeiros correntes	0,00	0,00

	2014	2015
Diferimentos de gastos:		
Seguros	5.023,85	10.171,53
Rendas		
Outros		
	5.023,85	10.171,53

	2014	2015
Estado e Outros Entes Públicos:		
IRC - A Recuperar	54.704,47	14.782,73
IRC - PEC's a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	15.047,36	251.085,14
IVA - Reembolsos Pedidos	30.000,00	100.000,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	99.751,83	365.867,87

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2014	2015
Correntes:		
Cartões de Crédito	0,00	0,00
Descobertos Bancários	1.833.268,45	3.252.497,11
Contas Correntes Caucionadas	0,00	0,00
Livranças	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00
Factoring	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
	1.833.268,45	3.252.497,11

Outros Passivos Financeiros

	2014	2015
Fornecedores:	73.921,21	177.940,87
Fornecedores C/C	73.921,21	177.940,87
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00
Outras Contas a Pagar:	8.409.923,26	5.885.169,11
Clientes (saldos contrários)	0,00	5,99
Pessoal	0,00	138,26
Fornecedores de Investimentos	1.452.965,61	6.374,45
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos:	1.285.541,94	32.198,40
Remunerações a pagar ao pessoal	19.488,62	31.145,60
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	1.266.053,32	1.052,80
Outros Credores	5.671.415,71	5.846.452,01

	2014	2015
Diferimentos de Rendimentos:		
Rendimentos a Reconhecer	1.250,00	0,00
	1.250,00	0,00

Ramos
RH
JD

	2014	2015
Estado e Outros Entes Públicos:		
IRC - A Pagar	0,00	0,00
IRS - Reteções na fonte a pagar	851,60	1.279,52
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	3.196,16	5.191,27
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	<u>4.047,76</u>	<u>6.470,79</u>

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2014		2015	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	10	19.411	13	22.416
Pessoas REMUNERADAS	10	19.411	13	22.416
Pessoas NÃO REMUNERADAS				
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	10	19.411	13	22.416
Pessoas a TEMPO COMPLETO	9	18.407	11	22.088
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	9	18.407	11	22.088
Pessoas a TEMPO PARCIAL	1	1.004	2	328
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	1	1.004	2	328
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	10	19.411	13	22.416
Homens	6	12.215	9	14.384
Mulheres	4	7.195	4	8.032
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetas à I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário				

Gastos com Pessoal

	2014	2015
Remunerações dos órgãos sociais	17.754,26	19.633,55
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	101.227,45	137.864,58
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	26.282,07	38.086,93
Contribuições para a Segurança Social	26.275,18	37.133,74
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	6,89	20,83
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	0,00	932,36
Seguros de Acidentes de Trabalho	2.501,27	3.180,20
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	1.711,84	2.016,35
Formação	0,00	0,00
Higiene e segurança no trabalho	440,48	10,00
Fardamento	1.271,36	2.006,35
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	<u>149.476,89</u>	<u>200.781,61</u>

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2014	2015
Subcontratos	90.916,10	75.926,06
Serviços Especializados	294.384,48	397.525,43
Trabalhos especializados	261.457,21	363.901,91
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	16,30	7.258,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	29.515,35	23.034,12
Serviços Bancários	3.395,62	3.328,75
Outros Serviços Especializados	0,00	2,65
Materiais	33.048,39	41.981,64
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	759,03	432,98
Livros e documentação técnica	204,81	0,00
Material de Escritório	2.998,21	2.360,85
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	29.086,34	39.187,81
Energia e Fluidos	39.936,86	126.431,41
Electricidade	18.951,46	95.899,28
Combustíveis	18.862,32	23.162,20
Água	1.458,16	5.063,37
Outros	664,92	2.306,56
Deslocações e estadas	3.046,61	1.722,10
Serviços diversos	16.320,38	27.549,41
Rendas e aluguéis	3.181,44	3.706,44
Comunicações	4.120,31	9.420,25
Seguros	4.641,38	5.162,23
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1.016,08	473,52
Despesas de representação	536,10	2.387,27
Limpeza, higiene e conforto	482,97	822,09
Outros serviços diversos	2.342,10	5.577,61
Total FSE	477.652,82	671.136,05

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	2014	2015
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,91	2,84
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	83.417,26	435.203,06
Juros Obtidos	202,44	4,36
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	83.623,61	435.210,26

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2014	2015
Impostos	35.302,96	60.827,60
Descontos concedidos	0,00	4,64
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	141,23	14.160,00
Outros	2.300,01	2.270,02
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,32
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	37.744,20	77.262,58

Contabilista Certificado
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Álamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM

1.2. Natureza: EPMIR - Empresa Pública Municipal, Intermunicipal e Regional

1.3 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.4 Área de Intervenção: Em 2015 a área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2015, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e

avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período anterior e corrente:

Em dezembro de 2015 a Administração deliberou alterar a política de contabilização dos encargos com financiamentos destinados a financiar a construção dos ativos fixos tangíveis em curso, tendo optado pela respetiva capitalização de tais encargos. A alteração desta política implicou a correção de valores, relativamente ao período anterior, no montante total de 39.633,50€, os quais porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Assim, para o efeito, o comparativo de 2014 foi ajustado retrospectivamente no valor global de 39.633,50€, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

5.2 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.3 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Não foram detetados erros relativamente a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

Em 2015, manteve-se a situação de apenas um dos administradores da sociedade auferir valores a título de remuneração, pelo exercício das respetivas funções, ascendendo o valor global destes encargos a 22.495,22€ com os respetivos encargos sociais de 5.259,49€.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2015, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar n° 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A 31 de dezembro de 2015 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 325.180,83€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados. Em 2015 a Administração reviu a taxa de depreciação dos ativos relativos ao investimento nos edifícios e outras construções, para os quais se encontra estipulada a taxa máxima de 5%, tendo sido utilizada em 2014 a taxa mínima de 2,5% para um período de vida útil estimado de 40 anos. Face ao início de laboração e ao desgaste esperado, espera-se uma vida útil para os ativos em causa de cerca de 30 anos, pelo que para efeitos de cálculo da depreciação destes ativos passou a ser considerada uma taxa de 3,33%.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2015 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante de 2.737.991,02€ relativos à construção de uma central de valorização energética, bem como à construção de uma ETAL e à construção de um aterro de resíduos perigosos. Estes ativos deverão entrar em funcionamento até meados de 2016.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio

associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

10. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a empresa detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa tinha em curso um contrato de locação operacional, relativo a uma viatura ligeira de passageiros. As rendas pagas e a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

Em anexo, o Quadro 10 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, apresenta o valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período.

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento para o corrente exercício e exercícios futuros, o qual será disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses, sendo que no final daquele prazo, o valor à data em dívida, será convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. A 31 de dezembro de 2015 o montante utilizado deste financiamento ascendia a 3.252.497,11€, ascendendo os encargos associados acumulados nesta data a 227.347,87€ (39.876,60€ em 2014 e 187.471,37€ em 2015). Tendo a Administração à data do início da utilização do financiamento, optado pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, alterou esta política contabilística em 2015 (ver Nota 5 acima), tendo capitalizado um total acumulado de 190.557,10€.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 191,84€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Face à imaterialidade da valorização gerada pelo fundo à data de 31 de dezembro de 2015, não houve reconhecimento de impostos diferidos.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se desenvolvida no Quadro 16 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

19. INVENTÁRIOS - APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário periódico ou intermitente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em inventário, encontram-se registados apenas a aquisição de combustíveis destinados a consumo interno, sendo por isso mesmo, registado o respetivo gasto numa subconta de “Fornecimentos e Serviços Externos”, à medida do respetivo consumo, pelo que no termo do exercício o custo das matérias consumidas evidenciado na conta 61 é zero, encontrando-se registado em inventários o valor que a 31 de dezembro de 2015 ainda não havia sido consumido.

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

23. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 30.992.228,01€, relativos a uma comparticipação de 85% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. Em outubro de 2015 a empresa fruto do cumprimento de metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura, recebeu adicionalmente 4.391.692,11€, totalizando o montante de 35.383.920,12€, conseguindo assim garantir uma comparticipação de 100% para o investimento em causa, relativamente ao qual já foi assinado e foram apresentados pedidos de pagamento já recebidos no montante global de 32.702.684,86€, sendo que o valor imputável ao exercício de 2015, ascendeu a 22.498.889,61€.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 436.868,18€, dos quais 309.382,67€, são rendimentos do exercício de 2015.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado inicialmente o respetivo ajustamento global no montante de 5.694.461,39€. Em 2015 foram registados dois ajustamentos nesta rubrica, um dos quais no montante de por via do aumento do valor do subsídio a receber conforme referido anteriormente e outro, por via da atualização da taxa de imposto (IRC) para 16,8%. Tais ajustamentos ascenderam a 226.976,47€. A regularização anual acumulada relativa a esta rubrica ascende a 75.037,01€, dos quais 51.976,29€ são imputáveis ao exercício de 2015, sendo o saldo a regularizar em períodos futuros de 5.846.400,85€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2015), como foi anteriormente referido. Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Os subsídios do Estado relacionados com rendimentos estão normalmente associados à compensação de gastos incorridos na exploração. A 31 de dezembro de 2015 a empresa tem reconhecido como rendimentos do exercício o montante de 1.250,00€, relativos à candidatura ao PIIIE nº 486/2014, mediante a qual foi atribuído à empresa um “apoio financeiro” no montante total de 4.250,00€, estando subjacente à sua atribuição a manutenção de nove postos de trabalho, pelo período de onze meses. Este montante vai sendo reconhecido como rendimento à medida que os gastos com pessoal vão sendo reconhecidos como gastos de exploração e o respetivo valor é recebido, numa base mensal.

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

Não ocorreram após a data do balanço acontecimentos que originem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos (em 2015 não foi calculado qualquer valor de ativo por imposto diferido relativamente ao resultado fiscal negativo do exercício precisamente por não haver expectativa na sua recuperação), ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A empresa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas de 13,6% para uma matéria coletável até 15.000 euros e a uma taxa de 16,8% para o montante de matéria coletável que exceda os 15.000 euros, uma vez que cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2015, encontra-se detalhado no Quadro 26 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas. Refira-se que os valores apresentados no comparativo de 2014, tem em consideração a alteração na política contabilística de capitalização dos juros de financiamento (ver Nota 5), bem como a substituição do Modelo 22 de IRC relativo àquele exercício.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Valorizados ao custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
 - Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos”);
 - Outros passivos financeiros
 - Contratos para contrair empréstimos.
- B) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O Quadro 28 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2015.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitido pela mesma.

Em 2015 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o ano regularidade em matéria de pagamentos a pessoal, não apresentando à data de 31 de dezembro qualquer valor em dívida a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” reflecte informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 671.136,05€ em 2015. O Quadro 31.1 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2015 ao valor global de 435.210,26€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 77.262,58€ no final de 2015. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2015

(Montantes expressos em euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	741.977,81	675.308,55
Pagamentos a fornecedores	-739.565,97	-544.443,43
Pagamentos ao pessoal	-119.811,69	-92.936,62
Caixa gerada pelas operações	-117.399,85	37.928,50
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	59.265,19	-155.373,01
Outros recebimentos / pagamentos	1.374.288,48	1.828.192,82
Fluxos das actividades operacionais [1]	1.316.153,82	1.710.748,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-21.605.289,12	-11.948.997,49
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	-228,99	-71,04
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-2.162.928,27	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	22.498.889,61	10.159.727,00
Juros e rendimentos similares	4,36	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento [2]	-1.269.552,41	-1.789.341,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-37.472,44	1.225,89
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-37.472,44	1.225,89
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	9.128,97	-77.367,33
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	230,66	77.597,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.359,63	230,66

O anexo faz parte integrante do Balanço em:

31. Dezembro. 2015

Técnico Oficial de Contas
N.º 87959

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(José Gabriel do Álamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2015

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	50.000,00	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2014													
Alterações no período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Efeito de aquisição / alienação de participadas													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													
Prestações acessórias de capital													
Transferência de Resultados													
Correcções relativas a exercícios anteriores													
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no Comparativo													
Subsídios ao investimento													
Doações													
Resultado líquido do período													
Resultado integral													
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Posição no fim do período													

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado
N.º 37798

(Paula Gabriela Nunes Azevedo Santos)

(José Gabriel do Álamo Meneses)

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2014

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2013	50.000,00	-	-	-	15.761,39	141.852,53	1.559,28	-	-	25.604.690,59	69.788,21	25.883.652,00
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital												
Transferência de Resultados												
Correcções relativas a exercícios anteriores												
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no comparativo												
Subsídios ao investimento												
Doações												
Resultado líquido do período					2.859,06	25.731,54	41.205,44			(68.068,48)	7,83	(68.068,48)
Resultado Integral					2.859,06	25.731,54	41.197,61			(68.068,48)		(68.068,48)
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	50.000,00	-	-	-	18.620,45	167.584,07	42.756,89	-	-	25.536.622,11	121.623,93	25.937.207,45

Contabilista Certificado

N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

João Gabriel do Alamo Mendes

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

RH
Ramos

PARECER FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 39.174.008,42 euros e um total de capital próprio de 29.851.930,54 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 214,75 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

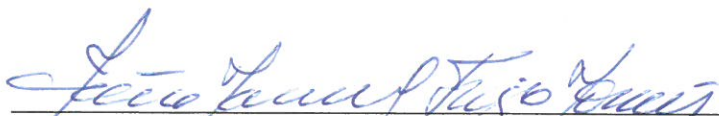
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

S. Mamede de Infesta, 17 de Março de 2016



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por, João Manuel Trigo de Moraes, ROC nº 881

BH
Pamos

PARECER ASSEMBLEIA GERAL

ATA n.º 26

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e quinze, pelas nove horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita no Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da mesma empresa. Presidiu Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, encontrando-se também presente o Senhor José Gaspar Rosa de Lima. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1 – Orçamento e Plano de Atividades para 2016

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 13º dos estatutos desta empresa e após a análise dos pressupostos e das propostas de plano e orçamento para o exercício de 2016, apresentadas pelo Conselho de Administração, deliberou-se por unanimidade aprovar com parecer favorável o Plano de Atividades, bem como a proposta de Orçamento, Documentos Previsionais e Plano Plurianal. Esta deliberação é tomada sob o compromisso do Conselho de Administração em manter uma gestão financeira rigorosa, tendo sempre presente a necessidade de encontrar soluções para a manutenção dos resultados líquidos equilibrados.

A estrutura aprovada do orçamento para 2016 é a seguinte:

	Designação	2016
Gastos e perdas	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	606.529,47
	Fornecimentos e Serviços Externos	982.002,81
	Gastos com Pessoal	408.340,09
	Gastos de Depreciação e de Amortização	1.317.454,50
	Outros gastos e perdas	41.524,55
	Gastos e perdas de financiamento	47.559,80
	Total	3.403.411,22
Rendimentos e ganhos	Vendas	985.800,00
	Prestação de Serviços	894.879,65
	Variação nos Inventários da Produção	120.000,00
	Outros rendimentos e ganhos	1.340.201,15
	Total	3.340.880,80
Resultado Antes de Imposto Estimado		-14.970,62 €

2 – Contrato programa para 2016

Aprovar e propor às Câmaras Municipais para apreciação e aprovação a proposta de Contrato Programa a celebrar entre as 3 entidades, dando-se assim continuidade ao trabalho de cooperação, entre estas três entidades, que tem sido desenvolvido na gestão e operação do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira e agora no arranque e integração destas infraestruturas na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da ilha Terceira.

3 – Apreciação do Relatório de gestão e contas de 2015

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprova-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- Total do Ativo: 39.174.008,42 €
- Total do Passivo: 9.322.077,88 €
- Capitais Próprios: 29.851.930,54 €
- Volume de negócios: 754.019,37 €
- Resultados líquidos: - 214,75 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cuja deliberação foi aprovada, por unanimidade.

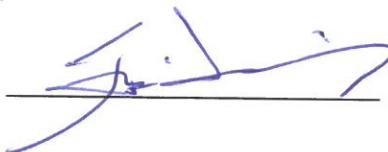
O Presidente

(Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro)



O Secretário

(José Gaspar Rosa de Lima)





MUNICIPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

----CÓPIA DE PARTE DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSEIS -----

6.1. Ent. 4369 – Ofício n.º 113, da **TERAMB, EM**, remetendo o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2015, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea c) artigo.º 20.º do estatutos da Teramb e posterior envio à Assembleia Municipal, para efeitos de fiscalização. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o relatório em questão e deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal, para os efeitos supra mencionados.(238/2016/CMAH).** -----

-----ESTÁ CONFORME-----

-----Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 5 de Maio de 2016.-----

A coordenadora técnica,

Bélna Maria Santos Leonardo



**CÓPIA DE PARTE DA ATA Nº 10/2016 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9
DE MAIO DE 2016**

**----- (02/10) TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E
VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM – RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS 2015: -----**

-----Ofício n.º AT/112/2016, datado de 18 de abril findo, da TERAMB, Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, remetendo a esta Edilidade, o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2015, acompanhado do parecer do fiscal único, em cumprimento com os termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.-----

-----Informação datada de 4 de maio em curso, do Técnico Superior afeto ao Sector de Gestão Orçamental e Patrimonial, Dr. Ricardo Toste, do seguinte teor: -----

-----“De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, os documentos de prestação de contas devem ser remetidos aos órgãos executivos das entidades públicas participantes, no caso a Câmara Municipal, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo. -----

-----Assim sendo, propõe-se que o presente seja remetido à próxima reunião de Câmara com vista à sua apreciação e, posteriormente, seja remetido à Assembleia Municipal para conhecimento, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

-----A Câmara tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2015, da TERAMB, Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, e submeteu à Assembleia Municipal, para o mesmo efeito, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Está conforme.-----

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA, 11 DE MAIO DE 2016.

A Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica,

Couceirão Vieira